

A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA EM HANNAH ARENDT: SUJEITOS E O ESPAÇO PÚBLICO

THE CONCEPTION OF CITIZENSHIP IN HANNAH ARENDT: SUBJECTS AND THE PUBLIC SPACE

Cristiane Freitas Bertanha MACHADO

Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
cristianebertanha@hotmail.com

Cristiane Roberta Torres GIOVANELLA

Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF)
cris_crtg@gmail.com

Paulo de Tarso OLIVEIRA

Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-FACEF) / Faculdade Dr. Francisco Maeda (Fafram)
paulotarso@facef.br

Recebido em 07/2018 – Aprovado em 12/2018

Resumo

O artigo procura entender os aspectos da concepção de cidadania com vistas a uma compreensão da realidade atual. Abordando tanto a liberdade individual quanto a liberdade pública. Trata a comunicação ilimitada e sem fronteiras, fundamentada na filosofia da humanidade, parte da individualidade humana, no tocante a sua natureza até despertar um diálogo aberto em torno do coletivo. O estudo provoca a eloquente capacidade de reflexão abstrata sobre o problema concreto, isto é, pensar da maneira nova, que vive-se, propõe a filosofar, indagar sobre as razões daquilo que se faz, pensa e olha, de forma a não ter uma vida automática, marcada por um pensamento pouco crítico ou até por uma alienação em relação ao mundo objetivo. Nesse diapasão, nasce a iniciativa de flexionar, fazer voltar sobre si e também a reflexão, ideia de voltar o pensamento sobre o próprio pensamento. Consequentemente, ter-se-á o aparecimento político-social na vida humana, o que propiciará um ativismo significativo. A ação é a necessidade do homem em viver entre seus semelhantes, sua natureza é eminentemente social. Daí tem-se a tríade trabalho, obra, ação. Nesse sentido, observar-se-á a capacidade do agir em conjunto, tendo como base a pluralidade do estar no mundo da condição humana. O objetivo desse trabalho é analisar o conceito de cidadania trazido por Hannah Arendt nas suas principais obras: A condição humana e Entre o passado e o futuro. A metodologia utilizada inclui revisão bibliográfica e análise documental. O referencial teórico desenvolvido baseou-se principalmente no pensamento de Hannah Arendt, visto a compreensão da realidade social atual (trajetória humana e transformação) no plano da cidadania.

Palavras-chave: Cidadania. Responsabilidade social. Pensamento. Política.

Abstract

The article discusses the concept of individual freedom and public freedom. It limitless and borderless communication, grounded in the philosophy of humanity, of the human individuality, as regards their nature to awaken an open dialogue on the collective. The study causes eloquent abstract reflection capacity on the specific problem, that is, think of new way, which one lives, proposes to philosophize, inquire about the reasons for what is done, think and look, in order not to have a automatic life, marked by a little critical thinking, or even by an alienation from the objective world. In this vein, born the initiative to flex, turn back on itself and also the reflection, idea of returning thinking about thinking itself. Consequently, have it shall be the socio-political appearance in human life, which will provide a significant activism. Action is the need for man to live among their fellow men, their nature is eminently social. Hence we have the triad work, work, action. In this regard, note shall be the ability to act together, based on the plurality of being in the world of the human condition. The objective of this study is to analyze the concept of citizenship brought by Hannah Arendt in his major works: The Human Condition and between the past and the future. The methodology includes literature review and document analysis. The theoretical framework developed was based primarily on thinking, among others, Hannah Arendt, Marx.

Keywords: *Citizenship. Social Responsibility. Thought. Policy.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo procura discutir o papel da cidadania estabelecido na perspectiva do pensamento arendtiano.

Judia, nascida em Königsberg - Alemanha, em 1906, foi um dos grandes expoentes do pensamento político contemporâneo. Hannah Arendt é tida como umas das principais

personalidades do nosso tempo. Cientista Política e doutora em Filosofia (embora não se considerasse filósofa), trabalhou também como jornalista, além de autora de várias obras na área de teoria política. Lecionou em muitas Universidades, entre elas Universidade de Chicago e na New School for Social Research, em Nova York. Em virtude da ascensão do nazismo na Alemanha, Hannah expatriou-se, indo viver nos EUA onde ensinou política e veio a falecer em 1975. Em razão de sua origem judaica foi perseguida pelo regime nazista à exaustão, chegando à privação de vários direitos, entre eles a retirada de sua nacionalidade no ano de 1937. Sua repatriação ocorreu nos Estados Unidos, no ano de 1951, se tornando estadunidense. Viveu na pele a política antisemita implantada pelo nazismo.

Sob a perspectiva política, defendia um tipo de pluralismo que garantiria que as pessoas vivenciassem uma liberdade e igualdade política com vistas sempre à inclusão do “Outro”, por isso defendia uma democracia direta.

Nesse sentido configura a pluralidade, local, dos iguais e desiguais, isto é, um potencializando o outro, no ser ativo ou passivo.

Gonçalves (2014, p.14) destaca a esfera pública no espaço público:

A pluralidade, a espontaneidade e a liberdade estariam baseadas num “livre agir”, que por sua vez, está estruturado na conversa mútua. No nosso ponto de vista, seria nesse momento que as falas, as narrativas ganhariam força e entrariam em contato com as memórias dos cidadãos.

Embora tenha atuado no campo da teoria política, foi confundida várias vezes como filósofa em razão das discussões propostas em relação aos filósofos Sócrates, Kant, Heidegger, dentre outros.

Dentro dessa dinâmica apontada estudar-se-á qual a importância de seu pensamento para a humanidade.

Silva e Xavier (2015, p. 222) refletem a concepção arendtiana trazida no tocante a espaço público. É constituído primeiramente pela aparência, pela visibilidade. É outroassim, o mundo enquanto artefato ou produto humano. E por fim, é o espaço da palavra e da ação, atividades condicionadas pela condição humana da pluralidade. Na confluência desses três elementos, o espaço público se constitui no espaço da liberdade (política).

Por isso, Hannah é conhecida como aquela que pensou na liberdade do homem em tempos de nacionalismos extremados e de guerras. Tais motivos são referências para que se possa situá-la no século XX e entender as guerras mundiais. Estudou os regimes totalitários que foram instalados pelo nazismo passando a defender direitos individuais em detrimento do regime de massas que o autoritarismo queria implantar em todas as sociedades.

Ao discutir os regimes totalitários, buscou entender a perseguição sofrida pelo povo judeu, principalmente por Adolf Hitler, propondo uma discussão em torno do esfacelamento da tradição que ocorreu no mundo e corroborou para a deformação das relações humanas. Por isso, reforça que é na política que ao invés de se pensar individualmente o ser humano se colocará no lugar do outro como forma de se ajudar.

Na Grécia antiga havia uma relação do indivíduo com a sociedade e com a cidade que permitia que todos tivessem o mesmo direito à atividade política, ou seja, o debater com a fala, mas também com os corpos, o encontro com o outro: a construção de um pensamento comum, pelo bem comum.

Para que a política exista, é preciso que também exista a liberdade e a partir daí a ação. Como ensinam os professores e De Cicco; Gonzaga (2011, p.159):

Agir consiste em exprimir a atividade no seu exercício contínuo, em contraste com fazer, que exprime atividade executada num determinado instante. Por isso, as revoluções não conseguiram assegurar a felicidade pública porque não mantiveram um espaço público

onde a liberdade como virtuosidade pudesse permanentemente aparecer na consciência entre a ação, palavra viva e palavra vivida: tais revoluções se faziam em um determinado instante e se esvaíam.

Hannah Arendt se destaca no pensamento contemporâneo por: ser sensível à crise de valores; a erosão dos espaços públicos, a domesticação das massas pelas artimanhas do capital e pelas ilusões consumistas. Outros aspectos tratados são: a destruição da cultura política e do culto aos valores públicos e comum a perseguição anti-semita e a castração da liberdade.

O interesse da filosofia política de Arendt é muito humano, ou seja, tudo aquilo que homens e mulheres constroem com o objetivo de conciliar sua existência com o espaço comum, no qual se comunicam e interagem.

Uma das principais preocupações de Hannah Arendt é a despolitização das sociedades. Isso porque esse fenômeno indica um rompimento do homem com sua capacidade de discernir critérios e referências de convivência que permitam a cada um comunicar-se com todos os demais e agir em presença da pluralidade humana, ou seja, com a participação efetiva do homem na ação política, não somente através de seu voto, mas sim como parte do espaço público.

A ação é a atividade política que corresponde à condição humana da pluralidade, isto é, “ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ARENDR, 2015, p. 15).

2 ESPAÇO PÚBLICO, INDIVÍDUO E CONDIÇÃO HUMANA

Hannah Arendt trabalha a condição humana sobre suas condições, seus espaços, suas temporalidades, suas razões de ser, as dimensões humanas e mentalidades a ela associada.

Parte do pressuposto que a atividade do trabalho é uma resposta ao mero estar vivo que

partilhamos com todos os sobreviventes. Nesse sentido expõe diferentes sentidos as dimensões de labor, trabalho e ação.

Labor, trabalho, ação são atividades fundamentais, pois cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra.

Vita activa: cada uma dessas atividades (labor, trabalho, ação) corresponde a um aspecto de uma determinada concepção do ser humano, que pode ser descrito de três maneiras distintas: ora como animal laborans, quando o agente se encontra aprisionado pelas necessidades biológicas e trabalha somente para prover a sua subsistência; ora como homo faber, o homem como fabricante de artefatos duráveis, que constrói o mundo mediante o domínio de uma técnica e ora como zoom politikon, o agente da política, caracterizado pelas relações entre os homens na esfera pública.

... carregado e sobrecarregado de tradição (ARENDR, 2015,p.26).

O Labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana, existência essa não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie. O trabalho produz um mundo artificial de coisas, diferente de qualquer ambiente natural. A condição humana no trabalho é a mundanidade.

O trabalho, entretanto, é uma atividade na qual o homem não está junto ao mundo nem convive com os outros, mas está sozinho com seu corpo ante pura necessidade de manter-se vivo. (ARENDR, 2015, p.20)

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda a vida política.

O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie.

O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade a futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano.

A ação na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história.

Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana.

A existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana.

Labor, Trabalho e Ação essas três atividades humanas básicas estão relacionadas com as questões existenciais do nascimento e da morte. O labor é a atividade que garante a sobrevivência da espécie, enquanto o trabalho produz artefatos que garantem sua manutenção. Por fim, a ação política funda e mantém as instituições responsáveis pela criação das condições para receber os recém-chegados ao mundo.

Quanto a natureza humana, se tem uma natureza ou essência da mesma forma como as outras coisas as têm, então certamente só um deus pode conhecê-la e defini-la.

É improvável que o ser humano possa conhecer, determinar e definir a essência natural de todas as coisas que o rodeia e o cerca. O fenômeno ligado diretamente a essas questões seria algo que as pessoas pudessem ser capazes de fazer o mesmo sobre si mesmas: seria como pular sobre a própria sombra.

As condições da existência humana – a própria vida, a natalidade, a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o planeta terra – jamais podem explicar o que as pessoas são ou responder a perguntas sobre o que na verdade o ser humano é, pela simples razão de que jamais é possível condicionar-se de modo absoluto.

O propósito do livro é, em suas palavras, reconsiderar a condição humana do ponto de vista privilegiado de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes (...).O que proponho, portanto é muito simples: trata-se de pensar o que estamos fazendo. (ARENDT, 2015, p.25)

A autora tenta mostrar que o *isolamento* destrói a capacidade política, ou seja, a faculdade de agir. É aquela situação de impasse na qual os homens se vêem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de interesse comum, é destruída. O isolamento, que é a base de toda tirania, não consegue atingir, no entanto, a esfera privada da inteligência humana. No *totalitarismo*, busca-se também o *desenraizamento*, que desagrega a vida privada e destrói as ramificações sociais. Não ter raízes significa não ter no mundo algum lugar reconhecido e garantido pelos outros. O sentimento de “ser supérfluo” traz a dor de não pertencer ao mundo de forma alguma.

Liberdade não é a concepção neoliberal de não-interferência na esfera privada, mas sim a liberdade pública de participação democrática. A liberação da necessidade não se confunde com a liberdade. Esta exige espaço próprio: o *espaço público da palavra e da ação*.

Neste Livro de Cabeceira, *A Condição Humana*, Hannah Arendt mostra como ação, palavra e liberdade não são coisas dadas, mas requerem, para surgirem, a construção e a manutenção do espaço público. A vocação da liberdade, que assegura esse espaço público, exige coragem para expor o ser em público. A ação para a liberdade, mais do que o trabalho coletivo de *elaborar*, cotidianamente, este simples blog, exige a *auto-*

revelação humana no seio dessa comunidade política no qual existe *espaço público*.

3 AÇÃO NA POLÍTICA

Vamos adentrar neste momento no estudo sobre o conceito de ação na visão de Hannah Arendt, sendo este enquadrado na categoria central de seu pensamento político e também uma grande contribuição para a Filosofia Política. É em um cenário de políticas conturbadas que o pensamento de Hannah Arendt valoriza-se, aponta caminhos, propõe soluções concretas e possibilidade de um novo início, de um começo original que permita o debate e a discussão num espaço público iluminado por ideias que abstraíam um “pensamento sem corrimão”, como quer a referida autora.

É na noção de ação que Arendt (re)pensar a política. A pensadora atribui uma distinção interna entre a vida ativa e contemplativa. O pensar, o querer e o julgar são propriedades da vida contemplativa. A vida contemplativa surge como um atributo onde se abriga todos os seres humanos. O que Arendt busca notar é que não é necessário ser especialista ou um profissional qualquer para tornar-se um pensador (no sentido mais amplo) e ter capacidade para fazer julgamentos políticos autênticos.

Ela se volta a Grécia Antiga para iluminar a reflexão e dizer que o ato de pensar é, acima de tudo, uma atitude. Sócrates nos mostrou que o pensamento é o maior artifício humano para agir contra o mal. Em última análise, Arendt aposta que, como em Sócrates, pensar e agir não podem estar em contradição. E uma vida sem exame, sem reflexão, não é uma vida que vale a pena ser vivida.

Para a filósofa, que não aceitava este rótulo com tranquilidade, a ação é o que instaura o novo, o inesperado, o infinitamente improvável.

...os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se

manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens. Esta manifestação em contraposição à mera existência corpórea, depende da iniciativa, mas trata-se de uma iniciativa da qual nenhum ser humano pode abster-se sem deixar de ser humano. Isto não ocorre com nenhuma outra atividade de vida activa. Os homens podem perfeitamente viver sem trabalhar, obrigando a outros a trabalhar para eles; e podem muito bem decidir simplesmente usar e fruir do mundo das coisas sem lhe acrescentar um só objeto útil; a vida de um parasita pode ser injusta, mas nem por isto deixa de ser humana (ARENDRT, 2015, p. 189)

A ação é a única das atividades humanas com o poder de iniciar e fazer algo novo. Já o labor é repetitivo, rotineiro e em nenhum momento se destaca. O trabalho é organizado com o objetivo de obter determinado resultado, um produto. Suas etapas se sucedem em uma ordem progressiva e previsível. Na ação cada acontecimento tem um caráter inaugural. A ação tanto contrasta com a monótona rotina do labor quanto rompe com a ordem sucessiva do trabalho. Dada a sua imprevisibilidade, a ação representa algo de milagroso. Ela é um nascimento e como todo nascimento, traz ao mundo algo inteiramente novo. A ação é instantânea e explosiva.

Do processo do trabalho surge o produto - uma coisa ou o que chamamos muitas vezes de um "quê". A ação provoca o aparecimento não de um "quê", mas de um "quem" - a personalidade de alguém. O agir tem o poder de revelar uma individualidade. Esta não coincide com as habilidades, as riquezas ou a posição de um indivíduo, mesmo que, muitas vezes, nosso vocabulário nos induza ao equívoco de dizer o "quê" alguém é. A personalidade, embora visível, é intangível; impõe-se por sua presença, não por algum atributo específico. A identidade de uma pessoa transcende tudo o que ela possa fazer ou produzir - esse é um elemento indispensável da dignidade humana. Enquanto os produtos da fabricação são destrutíveis, os efeitos da ação são

irreversíveis. A iniciativa de uma pessoa repercute sobre as ações de muitos outros, que multiplicam, de forma indefinida, o seu efeito. Vista da perspectiva do tempo, a ação é a mais fugaz das atividades e, ao mesmo tempo, é a que mais pode se prolongar. Fugas por seu caráter instantâneo e de longa duração por repercutir sobre as ações de muitos outros.

Como se pode perceber é a imprevisibilidade que faz parte da própria natureza da ação. A ela se associa a dimensão milagrosa do agir humano. A ação, por ser imprevisível, nunca é totalmente segura, diferentemente dos procedimentos produtivos sempre muito tangíveis. A irreversibilidade também constitui um traço essencial do agir humano. Diferentemente dos processos produtivos que podem ser desfeitos, tudo que depende da iniciativa do agir humano é irrevogável e irreversível. Nada, nenhum gesto ou palavra de qualquer agente pode alterar o que passou. O único recurso para se enfrentar esta irreversibilidade é o perdão. Perdoar não faz anular o efeito de uma palavra já proferida ou de um gesto realizado, mas é a manifestação capaz de iniciar um novo processo.

Indo ao encontro com o que se pensava na Filosofia, Hannah Arendt vai se interessar por "quem" é o ser humano e não "o que" é o ser humano, pois pensar em política é pensar em questões humanas e não em questões metafísicas. Uma de suas preocupações é perguntar se o homem se desenvolveu com o avanço tecnológico. E segundo ela não. Tudo tem diminuído o agir humano, isto é, tem colaborado para o enfraquecimento da ação, o homem age, mas não tem vida activa. Segundo ela, o conceito de política se perdeu ficando esquecida e busca-se resgatá-lo, busca-se chamar a atenção para o problema da ação.

O ser humano tem uma dimensão de mundo que vai além das suas atividades cotidianas, são atos que transformam o que é natural em algo útil, mas este faz tornar um mundo artificial, ou seja, um mundo fabricado pelo homem. A vida pode ser entendida como Work (trabalho, ato de fabricar, obra) e esta é a busca do ser humano se fazendo produtor de cultura que tenha

durabilidade para além daquela vida, tornando o mundo mais útil e melhor, no entanto, para Arendt, só podemos falar em política, em atividade política quando pressupomos a vida como vida ativa, uma vida fundada na práxis, em ação.

Para a autora, “todos os aspectos da condição humana tem alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a política.” (ARENDR, 2004, p. 15). Sendo assim, as características da imprevisibilidade e irreversibilidade que a ação têm está como base para o entendimento sobre política, pois só o ser humano é dotado de poder de linguagem sendo capaz de prometer e perdoar e assim ele é um ser político antes de ser social. A política é uma atividade que tem o poder de gerar uma pluralidade. A ação só pode se dar através do discurso o que leva o ser humano a agir tornando-se um agente ativo.

Estão entrelaçadas a ação, a liberdade e a política. A liberdade está condicionada pela ação e os homens somente são livres quando agem. Agir e ser livre para Hannah são a coisa e a importância desta característica criativa do agir e a necessidade das ações são imprescindíveis na política. Podemos concluir, enfim, que ao (re) pensar a concepção de ação política, H. Arendt que era judia e filósofa, se empenhou em encontrar respostas mais profundas para as crises e os fatos catastróficos da Europa da primeira metade do século XX. Alguns desses fatos marcaram diretamente seu pensamento sobre a política, tais como a valorização da individualidade causando um declínio da esfera pública, a crise do mundo organizado em tradições e o nascimento de ideologias que fizeram surgir uma organização política inédita: o totalitarismo.

Hannah Arendt destacou-se por ser sensível à crise de valores, à domesticação das massas pelas artimanhas do capital e pelas ilusões consumistas, à corrosão dos espaços públicos, à destruição da cultura política e do culto aos valores públicos e comuns, à perseguição anti-semita e à castração da liberdade. Sua filosofia política não aponta

para a inação, e sim distingue, no horizonte, os germens da esperança decorrentes do renascer contínuo da política pelas possibilidades abertas pela condição de natalidade.

4 A CIDADANIA COMO AÇÃO SOCIAL

Os elementos que configuram sua teoria política, tais como: liberdade, ação, pluralidade e espaço público, os quais, articulados entre si, permitem a formação de um conceito de cidadania baseado na real participação dos cidadãos na organização política de uma comunidade, em contrapartida a um conceito meramente formal de cidadania.

Consoante adverte J. J. Calmon de Passos, referido na obra de Vicente de Barreto (1993, p. 124/143), antes de formular sua conceituação de cidadania que:

"Nada é mais traiçoeiro do que se acreditar saber o exato significado de palavras qualificadas como corriqueiras, de tão utilizadas no quotidiano.

Quando paramos para refletir ou somos questionados, verificamos saber menos sobre elas do que do que sabemos a respeito das que se mostram raras, sofisticadas e esotéricas. (...) A palavra cidadania é uma dessas. Ela está presente em nosso discurso demagógico, em nossa fundamentação despistadora, em nossa pregação cívica, em nosso quotidiano revoltado, em nosso dizer dogmático e em nosso lirismo militante. Onipresente e emocionalmente forte, é ela realmente útil? (...)

Cidadania, portanto, engloba mais que direitos humanos, porque além de incluir os direitos que a todos são atribuídos, em virtude de sua condição humana, abrange, ainda, os direitos políticos. Correto, por conseguinte, falar-se numa dimensão política, numa dimensão civil e numa dimensão social da cidadania".

A presença participativa de cada cidadão nas deliberações e ações de caráter público é importante, pois ela garante a condição fundamental da existência humana: a pluralidade.

A ação do cidadão no espaço público é a atividade que legitima e dá sentido à política.

Ser livre e agir são uma e mesma coisa, devendo-se considerar que para assegurar essa relação é necessário o reconhecimento da condição humana da singularidade. O livre agir é o agir em público, o público é o espaço original da política.

Corroborando nesse sentido o pensamento de Arendt, Lafer (1988,p. 151) diz:

A reflexão arendtiana, no entanto, vai mais além. O que ela afirma é que os direitos humanos pressupõem a cidadania não apenas como um fato e meio, mas sim como um princípio, pois a privação da cidadania afeta substantivamente a condição humana, uma vez que o ser humano privado de suas qualidades acidentais – seu estatuto político- vê-se privado de sua substância, vale dizer: tornado pura substância, perde a qualidade substancial, que é de ser tratado pelo outros como um semelhante.

Hannah Arendt fundamenta o seu ponto de vista sobre os direitos humanos como invenção que exige a cidadania através de uma distinção ontológica que diferencia a esfera do privado da esfera do público. Para ela, a condição básica da ação e do discurso, em contraste com o labor e trabalho, é o mundo comum da pluralidade humana. Esta tem uma característica ontológica dupla: a igualdade e a diferença. Se os homens não fossem iguais, não poderiam entender-se. Por outro lado, se não fossem diferentes não precisariam nem da palavra, nem da ação para se fazerem entender. (...)

É com base nesta dupla característica da pluralidade que ela insere a diferença na esfera do privado e a igualdade na esfera do público.

Arendt faz uma crítica severa ao falar da reificação. A reificação se caracteriza pela busca de solidez nos bens produzidos e pela sua valorização especialmente ligada ao valor de troca que possuem.

O homo faber degrada o mundo porque subverte o valor das coisas em si em valor-utilidade, em uma relação meramente pragmática. As coisas deixam de ser valiosas por elas mesmas e passam a ser, paradoxalmente, valiosas apenas na medida em que servem como meio para se alcançar outras coisas, coisas estas que são também meios para se chegar a outras coisas.

Os bens, no sentido mais amplo, são agora fins em si mesmos, pois não se integram novamente ao homem ou a sua sociedade; passam, sim, a dividir o mundo com o próprio homem, e com a característica de multiplicação potencial.

A esfera pública deixa de ser a esfera do político, da ação e da virtude e passa a ser a esfera do comerciante, do trabalho e dos bens fabris. Outros reflexos importantíssimos se seguem: o homem, que se relaciona na já citada esfera política, passa a ser valorado não pelas ações, mas pelos bens que possui e que sustentam a sociedade moderna. Mesmo o direito passa a ser um bem em comércio, quando mercantilizado, e passa a servir a esses interesses e a ser valorado conforme sua serventia.

São várias as consequências práticas do comportamento fabril do homem moderno, sendo uma das principais aquela que utiliza o direito para a criação de bens que sustentem a esfera política tal qual esta se encontra, voltada ao mercado. É nesse contexto que surge a questão da escassez, noção econômica adotada pelo direito para a proteção dos bens frutos do trabalho, bens estes que, por não serem ilimitados, recebem um valor de troca.

O processo de reificação (ou coisificação) alcançou até mesmo o que não é coisa pela sua própria natureza.

As ideias, no seu sentido mais amplo, assim como o próprio direito, foram praticamente absorvidas pela instrumentalização.

O raciocínio arendtiano esclarece que a estratégia de qualquer poder instituído se concentra na alienação dos homens mediante a eliminação do espaço público, ou seja, essa substituição da ação pela fabricação no sistema capitalista, vivenciados

pelo regime da democracia, tende a restringir ao máximo a participação dos homens nas questões comuns a todos.

Nesse diapasão a ideia de cidadania vai além da esfera da proteção jurídica estabelecida pelo ordenamento jurídico. A ideia arendtiana de cidadania é eminentemente política, pois assenta-se na capacidade de agir e de participação do indivíduo na vida pública, e não na mera prerrogativa de ser sujeito de direitos formalmente estatuídos.

Para Arendt a mera intitulação de direitos ao homem, não evidencia a real participação dos cidadãos nas esferas públicas. Somente o agir, pela motivação traz a diferença do cidadão participativo e consciente dentro da política proveniente do seu Estado-Nação.

5 CONCLUSÃO

O pensamento de Hannah Arendt é sempre atual, pois trata de conceitos como liberdade, política, e cidadania. O desafio proposto pela autora é de se pensar uma forma política de reconquista da cidadania pelos cidadãos. Tais conceitos são afins e retratam, cada um a seu modo, formas de realização da liberdade a ideia de liberdade assume papel fundamental na teoria política, revestindo-se de uma importância ímpar, razão pela qual, Arendt (2000, p.192) afirma, de modo enfático, que “a *raison d’être* da política é a liberdade e seu domínio de experiência é a ação”. Nesse sentido Arendt deixa evidente a questão de ator político e identidade coletiva, ou seja, a cidadania participativa é algo essencial para a realização do sujeito político efetivo.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. A condição humana. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

DE CICCIO, Cláudio; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Teoria geral do Estado e Ciência Política. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GONÇALVES, Ana Paula Casassola. O conceito de esfera pública segundo Hannah Arendt. Interfaces da Ciência Política, São Carlos, I Semana de Pós-graduação em Ciência Política, dez.2014. Disponível em:<<http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/O-conceito-de-Esfera-P%C3%BAblica-segundo-Hannah-Arendt.pdf>> Acesso em 29 jun.2017.

LAFER, Celso. Reconstrução dos direitos humanos. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

PASSOS, J.J.Camon de. O conceito moderno de cidadania: cidadania tutelada, Revista do Processo, São Paulo, v. 18, nº72, out/dez. 1993.

SILVA, Mauro Sérgio Santos da Silva; XAVIER, Dennys Garcia Xavier. Hannah Arendt e o conceito de espaço público. Profan revista ações. Ano 2, n. 1, p. 216-236, jan./jun. 2015. Disponível em:<<http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/856/542>>. Acesso em 29 jun2017.